

O encerramento de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico: um indicador da evolução demográfica de uma região do interior português. O caso do distrito de Castelo Branco

Maria João Guardado Moreira¹

Resumo

A evolução demográfica da população portuguesa tem sido marcada, nas últimas décadas, pela descida da natalidade que se acentuou a partir dos anos 70, pelo crescimento dos níveis de envelhecimento e por uma maior concentração nas faixas litorais onde se localizam as principais estruturas produtivas e centros de decisão política. O distrito de Castelo Branco está situado na faixa interior do país, marcado pela estagnação económica e debilidade social, pelo êxodo, o isolamento e a perifericidade, de tal modo que a generalidade dos seus concelhos não conseguiram criar condições favoráveis para atrair investimentos e potenciarem os recursos endógenos de forma a reter as suas populações. Daí a generalização do processo de despovoamento, sobretudo, das áreas rurais onde é cada vez mais notório o progressivo encerramento de muitas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, ou o aumento daquelas que funcionam apenas com um professor e escasso número de alunos. O que pretendemos analisar é a evolução da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico nesta região, de modo a compreender melhor as inter-relações entre a evolução demográfica das últimas décadas e a manutenção de actividades e serviços, caso dos estabelecimentos de ensino.

Palavras-chave: envelhecimento, despovoamento, população escolar, Portugal, região, século XX.

Abstract

The demographic evolution of the Portuguese population shows a decrease in births in the last decades and in particular from the 70s on, a growth in the ageing levels and a higher concentration of people in the coastal areas where the main productive structures and the political centres are located. The Castelo

1 Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco (Portugal)
E-mail: mjgmoreira@ese.ipcb.pt

Branco region lies in the interior of the country and it is characterized by economic stagnation and social fragility, by exodus, isolation and peripheral feelings so that most of its boroughs have failed to create the necessary conditions to attract investment or develop their endogenous resources so as to retain their populations. That is why there is a general process of de-population especially in rural areas with the consequent progressive closing down of primary schools or an increase in the type of schools that have only one teacher and few children. The scope of our research is the evolution of the primary schools network in this region in order to better understand the relationships between the demographic evolution of the last decades and the maintenance of activities and services, such as those of educational institutions.

Key words: Ageing, depopulation, school pupils, Portugal, Twentieth century, region,

Résumé

L'évolution démographique de la population portugaise a été marquée, dans les dernières décennies, par la diminution de la natalité qui s'est accentuée à partir des années 70, par la croissance des niveaux de vieillissement et par une plus grande concentration dans les bandes littorales où se localisent les principales structures productives et les centres de décision politique. Le district de Castelo Branco (placé dans la bande intérieure du pays) est marqué par la stagnation économique et la débilite sociale, par l'exode, l'isolement et sa situation périphérique, de telle manière que la généralité de ses communes n'ont pas réussi à créer des conditions favorables pour attirer des investissements et développer le potentiel des ressources endogènes de manière à retenir leurs populations. La généralisation du processus de dépopulation en survient surtout dans des zones rurales où est de plus en plus notoire la progressive fermeture de beaucoup d'écoles primaires, ou l'augmentation du nombre de celles qui fonctionnent seulement avec un enseignant et un insuffisant nombre d'élèves. Ce que nous prétendons analyser, c'est l'évolution du réseau scolaire de l'enseignement primaire dans cette région, afin de mieux comprendre les interrelations entre l'évolution démographique des dernières décennies et la manutention d'activités et de services, cas, par exemple, des établissements scolaires.

Mots clés: vieillissement, population scolaire, Portugal, XXe siècle, région

Em 1 de Dezembro de 1911 existiam em Portugal quase seis milhões de habitantes e uma taxa de analfabetismo de 79,3% (Nóvoa, 1996:030). Com a implantação da República, em 1910, abre-se caminho a uma reestruturação do ensino infantil e do primário com o objectivo de fazer face à baixa frequência escolar que então se verificava. Por isso,

na Constituição de 1911 determina-se que «O ensino primário elementar será obrigatório e gratuito»². Apesar da instabilidade política que caracterizou os primeiros anos da República ter dificultado a concretização destes ideais republicanos, legislação vária procurou reorganizar o sistema de ensino, estabelecer metodologias, adequar conteúdos e actividades às regiões. Todavia a mudança do regime político em 1926³ veio provocar alterações no desenvolvimento do ensino primário. Os ideais programáticos do *Estado Novo* reduzem este grau de ensino à transmissão do «ler, escrever e contar», libertando o Estado da responsabilidade de assegurar o ensino primário e passando a ser partilhado com a família⁴. A escola primária passa, no entanto, a ser o veículo privilegiado para reproduzir as directrizes ideológicas do Estado, «com vista a formar cidadãos ordeiros, cristãos e conformados» (Abreu, Roldão, 1984: 47). Reduzem-se programas e o período de escolaridade, instituí-se o livro único, encerram-se as escolas de formação de professores durante seis anos, criam-se postos escolares em todas as «terras pequeninas», admitem-se professores com baixa formação académica. Só em 1956 se estabelece a escolaridade obrigatória de quatro classes para os menores do sexo masculino e em 1960 para os do feminino (Abreu, Roldão, 1996: 737-778).

A política educativa do *Estado Novo* pauta-se, assim, por uma expansão da escolaridade reduzida às aprendizagens de base⁵, mas, paradoxalmente fez baixar as taxas de analfabetismo mais de 20% durante as primeiras décadas deste regime⁶, embora não o suficiente

2 Título II, «Dos Direitos e Garantias», art. 3º, nº11.

3 O golpe militar de 1926, que pôs termo à I República, foi inicialmente bem aceite pela população que estava descontente com a instabilidade dos anos anteriores. Todavia, à medida que os elementos direitistas começaram a prevalecer, censura à imprensa e repressão dos direitos individuais, aumentava a oposição. Entre 1927 e 1931 sucedem-se as revoltas que acabam por ter o efeito contrário ao pretendido uma vez que contribuíram antes para o endurecimento dos mecanismos de repressão. Em 1932 Oliveira Salazar chega a chefe de governo e com ele a instauração de um Estado autoritário e corporativo que ficou conhecido como *Estado Novo*.

4 Na Constituição de 1933 diz-se que «O ensino primário elementar é obrigatório, podendo fazer-se no lar doméstico, em escolas particulares ou oficiais» (art. 43º).

5 A este propósito refere Nóvoa (1996: 304) que «o trabalho de propaganda e de estruturação de um universo ideológico legitimador dos princípios nacionalistas exige (...) o alargamento da instrução mínima ao conjunto da população: pelo menos para ler Salazar era importante não haver um único português analfabeto».

6 Em 1920 a taxa de analfabetismo era de 66,2%, em 1930, 61,8%, em 1940, 49%, em 1950, 40,4%, 1960, 32,1% e 1970, 26,6% (Nóvoa, 1996: 303).

para tirar Portugal do último lugar a nível europeu. A rede escolar deixada pelo governo Salazar cobriu grande parte do país e «adequava-se à situação do país que Portugal era: em quase todas as aldeias, mesmo as mais remotas, existia uma escola, mesmo que fosse pequenina» (Freitas, 1998:43). Entre 1930 e 1960, o número de alunos no ensino primário duplicou, aproximando-se dos valores próximos da população em idade escolar (Nóvoa, 1996:305). Aliás, esta foi uma das bandeiras da propaganda nacionalista da época, ainda que para isso se tenha sacrificado a qualidade «examinado o problema com simplicidade, sem a mania das grandezas», como dizia Salazar⁷.

Na verdade, grande parte dos edifícios da actual rede de escolas do agora 1º ciclo do ensino básico (antigo ensino primário) foram construídas durante o *Estado Novo*. Um estudo do Ministério da Educação, publicado em 1995, refere que pelo menos 60% das escolas que funcionavam no início dos anos 90 foram construídas entre 1930 e 1970. Conseguiu-se, assim, uma grande cobertura do ensino primário, caracterizado pela concepção de «escola-sala de aula», ou seja, pequenas escolas disseminadas por todo o país sem outros equipamentos de apoio. Daí que a actual rede escolar deste grau de ensino seja constituída por edifícios dessa época, que se encontram isolados, sem espaços adequados às actuais práticas pedagógicas e educativas.

Na década de 1960, Portugal conheceu um dos maiores fluxos emigratórios da sua história⁸ que, aliado à descida contínua da mortalidade e da natalidade, provoca a descida do número de efectivos recenseados a 1 de Dezembro de 1970. As migrações, tanto internas, sobretudo em direcção ao litoral, como externas, não só limitaram os ritmos de crescimento como provocaram o envelhecimento da estrutura etária dos portugueses, criaram assimetrias regionais —aumento da população urbana, abandono progressivo das áreas rurais e consequente desertificação de vastas regiões do interior.

O distrito de Castelo Branco (Mapa 1) encontra-se de um dos lados da dicotomia em que progressivamente se foi dividindo o país: um litoral que, em 2001, já concentrava cerca de 85% da população portuguesa e um interior marcado pelo decréscimo global da sua população devido a saldos naturais e migratórios negativos, embora a partir de 1993

7 Citado por Nóvoa (1996:305).

8 Entre 1960 e 1974 saíram de Portugal continental 1 465 432 indivíduos, sobretudo em direcção à França e Alemanha (Baganha, 1996: 295).

haja, no país e em algumas regiões, uma inversão do movimento migratório, ainda que nem sempre suficiente para superar o pendor negativo do saldo natural. Por outro lado, a par do processo de despovoamento do interior, intensifica-se o envelhecimento das suas populações. É certo que este é um fenómeno nacional, mas apresenta-se especialmente acentuado nestas regiões interiores que passam por um processo de estagnação ou declínio demográfico.

MAPA 1

Distrito de Castelo Branco e sua localização



FONTE: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:LocalDistritoCasteloBranco.svg>

Os valores do crescimento anual médio (Quadro 1) correspondentes aos concelhos do distrito de Castelo Branco revelam precisamente que a década de 60 marca o início de um período fortemente regressivo de todos os concelhos, havendo mesmo alguns que não voltam a ter taxas positivas.

QUADRO 1
Taxas de crescimento anual médio (%)

	1950-60	1960/1970	1970/1981	1981/1991	1991/2001
Belmonte	-0,78	-3,39	0,47	0,91	0,24
Castelo Branco	-0,03	-1,46	0,08	-0,11	0,25
Covilhã	0,63	-1,52	-0,26	-1,19	0,09
Fundão	-0,48	-2,98	-0,89	-0,12	-0,06
Idanha-a-Nova	-0,94	-3,83	-2,37	-1,64	-1,54
Oleiros	0,27	-1,68	-2,45	-2,65	-1,49
Penamacor	-1,23	-3,00	-2,46	-1,58	-1,94
Proença-a-Nova	-0,75	-2,36	-1,41	-0,74	-1,41
Sertã	-0,22	-1,93	-0,68	-1,64	-0,84
Vila de Rei	-1,05	-2,05	-2,68	-2,28	-0,93
Vila Velha de Ródão	-1,73	-1,81	-1,72	-1,21	-1,88
Distrito	-0,25	-2,16	-0,80	-0,85	-0,32

FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981, 1991 e 2001, Lisboa, INE.

De facto, a evolução da população desta região aparece dependente da intensidade dos movimentos migratórios, como podemos comprovar pela intensidade dos fluxos que se registram nos anos 60 do século XX (Quadro 2), numa altura em que o número de nascimentos ainda era

QUADRO 2
Taxas de crescimento migratório anual médio (%)

	1960-1970	1970-1981	1981-1991-	1991-2001
Belmonte	-3,95	1,57	1,13	0,84
Castelo Branco	-2,16	0,34	0,02	0,66
Covilhã	-2,53	0,31	-1,29	0,33
Fundão	-3,67	0,11	0,06	0,53
Idanha-a-Nova	-4,12	-1,44	-0,67	-0,04
Oleiros	-2,38	-1,51	-2,10	-0,30
Penamacor	-3,48	-1,20	-0,75	-0,55
Proença-a-Nova	-2,79	-0,56	-0,35	-0,51
Sertã	-2,64	0,30	-1,26	-0,21
Vila de Rei	-2,40	-1,52	-1,57	0,43
Vila Velha de Ródão	-1,80	-1,01	-0,24	-0,31
Distrito	-2,84	-0,08	-0,61	0,29

FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981, 1991 e 2001, Lisboa, INE. *Anuários Demográficos* (1960 a 1966), *Estatísticas Demográficas* (1967 a 2001), INE., Lisboa

superior ao dos óbitos, o que permitia que o saldo natural ainda tivesse valores anuais médios positivos (Quadro 3).

No entanto, é preciso salientar que, a partir de 1926, Castelo Branco inicia o processo de declínio da natalidade, que decorre com um ritmo praticamente linear, ainda que, em meados da década de 60, acuse um declínio mais forte, processo que foi influenciado pelos movimentos migratórios (nomeadamente a emigração) (Bandeira, 1996: 208, 219-220; cf. Nazareth, 1979: 86-93). Entre 1959-60 e 1969-70 a taxa bruta de natalidade do distrito de Castelo Branco (Quadro 6) passa de 20,4‰ para 15,0‰, continuando esta tendência decrescente nos anos seguintes: 12,4‰ em 1980-81, 9,3‰ em 1990-91 e 7,9‰, em 2000-2001, valores inferiores à média nacional (16,1‰, 11,7‰, 11,0‰, respectivamente). O resultado da conjugação destes dois factores é que em 1970 foram recenseados menos 62 181 indivíduos do que em 1960, a que correspondem ritmos de crescimento médio fortemente negativos tanto no distrito como em todos os seus concelhos (Quadro 1).

QUADRO 3

Taxas de crescimento natural anual médio (%)

	1960-1970	1970-1981	1981-1991-	1991-2001
Belmonte	0,57	-1,11	-0,23	-0,57
Castelo Branco	0,70	-0,26	-0,12	-0,41
Covilhã	1,01	-0,58	0,12	-0,27
Fundão	0,71	-1,02	-0,20	-0,60
Idanha-a-Nova	0,30	-0,96	-0,99	-1,53
Oleiros	0,71	-0,95	-0,55	-1,24
Penamacor	0,50	-1,28	-0,84	-1,42
Proença-a-Nova	0,45	-0,86	-0,40	-0,91
Sertã	0,72	-0,98	-0,37	-0,66
Vila de Rei	0,36	-1,18	-0,72	-1,42
Vila Velha de Ródão	0,00	-0,72	-0,98	-1,58
Distrito	0,69	-0,73	-0,25	-0,63

FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981, 1991 e 2001, Lisboa, INE. *Anuários Demográficos* (1960 a 1966), *Estatísticas Demográficas* (1967 a 2001), INE., Lisboa

A tendência regressiva da natalidade é acompanhada pela da mortalidade, embora nos últimos anos esta variável tenha registado ligeiros aumentos como resultado do progressivo envelhecimento da estrutura etária.

Ao perderem a capacidade de reproduzirem as suas populações, estas regiões comprometem o seu crescimento pelo que vão ter grandes dificuldades em criarem condições para a regeneração das suas pirâmides etárias, já que normalmente os migrantes são jovens activos, ou potencialmente activos, e os que permanecem fundamentalmente idosos, facto este que contribuí para um envelhecimento das estruturas demográficas. É isto é visível nos concelhos mais desfavorecidos com uma economia assente na agricultura, onde não só o crescimento natural permanece negativo como, ao não se mostrarem economicamente atractivos, mantêm taxas migratórias deficitárias, ao contrário do que acontece em outros concelhos. É o caso de Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã e Vila Velha de Ródão, enquanto que Vila de Rei, apesar de um saldo migratório ligeiramente positivo em 1991-2001 não consegue inverter a tendência regressiva do crescimento global. Também o Fundão, situado mais a norte e economicamente mais activo, regista, nas últimas décadas do século XX, taxas de crescimento migratório positivas embora não suficientemente positivas para fazer face ao declínio do crescimento natural

Durante os anos setenta terá havido uma diminuição dos fluxos de saída em algumas regiões, devido ao choque petrolífero de meados da década e ao retorno de muitos emigrantes que aproveitam os incentivos dados pelos países que os tinham acolhido, o que se traduziu no crescimento de algumas zonas, caso dos concelhos de Belmonte e Castelo Branco, ou pelos menos no abrandamento das taxas de sinal negativo. Todavia continua o fenómeno da desertificação do interior do país e do distrito de Castelo Branco, tendência que se mantém visível entre 1981 e 1991, para voltar a valores positivos na década seguinte, em alguns concelhos, como resultado de uma inversão do saldo migratório.

Nos últimos anos a imigração ganhou importância, sendo que desde 1994 Portugal tem registado saldos migratórios positivos, contrariando assim a imagem tradicionalmente emigratória do país. Em 12 de Março de 2001 foram recenseadas 226715 pessoas de nacionalidade estrangeira, o que constitui cerca de 2% da população portuguesa, o dobro do que se verificava em 1991. Todavia, vão ser sobretudo as regiões de Lisboa, Faro e Setúbal que são escolhidas por esta população para residir. Embora em 1991/2001 haja concelhos dos distrito de Castelo Branco com um crescimento migratório positivo, a generalidade continua a não ser atractiva. A população estrangeira aqui recenseada, em 2001, ronda os 8700 indivíduos, cerca de 4% da população do distrito. Os concelhos

que concentram um maior número de estrangeiros são, por ordem decrescente, Castelo Branco, Covilhã e o Fundão (com 2774, 2125 e 1651 residentes estrangeiros), enquanto nos outros não chegam aos 500 indivíduos por concelho. Por isso, são também aquelas três unidades administrativas que vêm a sua população crescer entre 1991 e 2001, apesar do crescimento natural continuar negativo, e que albergam os principais centros urbanos da região que funcionam assim como pólos de atracção intra-regional.

Este fenómeno de repulsão populacional que tem caracterizado a generalidade das regiões do interior português originou, por outro lado, um envelhecimento no topo da pirâmide etária, ou seja, um aumento significativo da percentagem de idosos face ao total da população. É o inverso do que se passa na faixa litoral que continua a crescer em larga medida à custa do interior, embora a descida geral dos níveis de fecundidade acentue o envelhecimento da população portuguesa.

Até 1950, o distrito manteve-se relativamente jovem, já que a proporção de menores de 15 anos supera os 30%, com excepção do concelho de Vila Velha de Ródão que logo a partir de 1930 apresenta uma percentagem ligeiramente abaixo daquele valor (29,9%) (Moreira, 1991:553) acentuando-se, a partir de 1970, o declínio dos jovens até chegar aos 7,7% em 2001 (Quadro 4), ou seja, o concelho com a proporção mais baixa de menores de 15 anos. Considerado na sua globalidade, Castelo Branco integra-se na tendência que a nível do Continente marca o decréscimo progressivo da população menor de 15 anos, de uma percentagem de 33,2% em 1890 para 29,3%, em 1950 (Carrilho, 2002:224), até ao decréscimo mais intenso, 21,6% entre 1981 e 1991 (Pinto, 1994:300). Em 2001, os jovens não ultrapassam os 16%.

Como podemos verificar no Quadro 4, no que diz respeito ao peso dos menores de 15 anos, há em todas as regiões uma progressiva diminuição do seu peso. Os valores são muito aproximados, embora seja naqueles concelhos que tiveram as taxas de crescimento anual médio, total e migratório, mais baixas nas décadas de 60 e 70, que há um maior envelhecimento na base. As que têm um menor envelhecimento na base são Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão e Sertã. Quanto ao envelhecimento no topo, Oleiros, Penamacor e Vila Velha de Ródão são os concelhos que tiveram um maior crescimento desta faixa etária entre 1960 e 2001, chegando no último recenseamento aos 40%.

Esta região de Castelo Branco mostra, portanto um agravamento do processo de envelhecimento, visto que se em 1981 ainda havia seis con-

QUADRO 4
Evolução da estrutura por idades (%)

<i>Jovens</i>	1960	1970	1981	1991	2001
Belmonte	27,9	22,9	17,7	17,0	14,6
Castelo Branco	26,1	22,7	19,9	16,5	13,2
Covilhã	30,0	26,4	23,5	18,6	13,8
Fundão	29,1	24,5	20,2	17,4	13,9
Idanha-a-Nova	25,3	19,2	14,9	12,1	9,0
Oleiros	30,1	25,5	19,8	15,1	9,3
Penamacor	28,4	22,6	17,6	12,7	9,6
Proença-a-Nova	27,9	23,8	20,0	16,6	12,2
Sertã	30,7	26,2	22,4	17,2	14,1
Vila de Rei	29,3	23,7	16,4	14,2	11,6
Vila Velha de Ródão	22,4	17,2	16,1	11,1	7,7
Distrito	28,2	24,0	20,5	16,6	12,9
<i>Activos</i>	1960	1970	1981	1991	2001
Belmonte	63,6	61,9	63,3	63,2	61,7
Castelo Branco	64,4	64,0	63,5	64,2	64,5
Covilhã	63,1	63,5	63,8	65,7	66,8
Fundão	61,3	62,3	60,4	61,1	61,9
Idanha-a-Nova	64,4	62,5	55,9	52,7	50,3
Oleiros	60,7	62,4	61,3	58,8	57,0
Penamacor	61,6	60,3	57,5	55,7	49,9
Proença-a-Nova	62,0	61,2	60,0	58,1	57,7
Sertã	58,7	59,5	60,3	61,4	59,7
Vila de Rei	57,4	58,9	59,8	54,9	52,7
Vila Velha de Ródão	64,6	63,6	58,2	56,6	52,1
Distrito	62,5	62,5	61,6	61,9	62,0
<i>Idosos</i>	1960	1970	1981	1991	2001
Belmonte	8,5	15,2	18,9	19,8	23,7
Castelo Branco	9,5	13,4	16,6	19,4	22,2
Covilhã	6,9	10,2	12,7	15,7	19,4
Fundão	9,6	13,2	19,3	21,5	24,2
Idanha-a-Nova	10,3	18,3	29,1	35,2	40,7
Oleiros	9,2	12,1	19,0	26,1	33,8
Penamacor	10,0	17,1	24,9	31,6	40,5
Proença-a-Nova	10,1	15,1	19,9	25,2	30,1
Sertã	10,6	14,3	17,2	21,4	26,2
Vila de Rei	13,3	17,3	23,8	30,9	35,8
Vila Velha de Ródão	13,0	19,2	25,7	32,2	40,2
Distrito	9,3	13,5	17,9	21,5	25,1

FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981, 1991 e 2001, Lisboa, INE.

celhos (Quadro 5) onde os índices de envelhecimento ainda eram inferiores a cem, em 1991, essa situação restringe-se à Covilhã e em 2001 já existem em todos os concelhos mais idosos do que jovens. A inversão da relação entre os grupos de idade é uma característica da evolução da população portuguesa nos últimos anos, o último recenseamento dá conta de 102 idosos por cada cem jovens. Todavia, neste distrito há valores extremos do índice de envelhecimento, sendo que Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão estão entre os concelhos mais envelhecidos do país, respectivamente, com 4 e 5 maiores de 65 anos por cada menor de 15 anos.

QUADRO 5
Evolução do índice de envelhecimento (%)

	1960	1970	1981	1991	2001
Belmonte	30,3	66,4	106,8	116,5	162,8
Castelo Branco	36,6	59,0	83,4	117,6	168,0
Covilhã	23,1	38,5	54,0	84,4	140,1
Fundão	33,0	54,1	95,5	123,6	173,8
Idanha-a-Nova	40,8	95,2	195,3	290,9	453,0
Oleiros	30,7	47,5	96,0	172,8	365,0
Penamacor	35,2	75,9	141,5	248,8	419,6
Proença-a-Nova	36,1	63,2	99,5	151,8	245,5
Sertã	34,6	54,4	76,7	124,4	186,1
Vila de Rei	45,5	73,0	145,1	217,6	309,3
Vila Velha de Ródão	58,2	111,7	159,6	290,1	522,5
Distrito	33,0	56,5	87,6	129,5	193,7

FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981, 1991 e 2001, Lisboa, INE

Note-se que Vila Velha de Ródão tinha já desde a década de 80 a taxa bruta de natalidade mais baixa do distrito (Quadro 6), com uma descendência média de 1,4 filhos por mulher (Moreira, 2001:211).

Esta população envelhecida que reside na região de Castelo Branco é uma das consequências dos intensos movimentos migratórios dos anos sessenta. A saída de indivíduos jovens supôs uma perda da capacidade reprodutora e uma diminuição da natalidade. Podemos, pois, afirmar que as relações entre os grupos de idades e, mais concretamente, o problema do envelhecimento, é um dos aspectos marcantes da evolução demográfica deste distrito nas últimas décadas, adquirindo em alguns concelhos contornos carregados. Por outro lado, não devemos

QUADRO 6
Taxa bruta de natalidade (‰)

	1960-61	1970-71	1980-81	1990-91	2000-01
Belmonte	21,3	13,2	13,2	10,4	6,5
Castelo Branco	19,0	15,3	12,6	9,5	9,2
Covilhã	22,7	17,5	14,7	11,1	8,7
Fundão	21,8	16,9	13,7	9,7	8,4
Idanha-a-Nova	16,7	11,2	8,9	7,0	5,1
Oleiros	21,7	13,9	11,2	7,0	4,3
Penamacor	21,1	12,6	9,8	6,4	4,6
Proença-a-Nova	18,0	12,1	11,4	6,8	5,8
Sertã	21,3	14,4	11,0	9,4	7,7
Vila de Rei	19,4	9,9	8,0	7,5	8,5
Vila Velha de Ródão	14,2	11,4	6,8	5,7	4,1
Distrito	20,4	15,0	12,4	9,3	7,9

FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981, 1991 e 2001, Lisboa, INE. *Anuários Demográficos* (1960 a 1966), *Estatísticas Demográficas* (1967 a 2001), INE., Lisboa

esquecer que estas regiões foram atingidas por movimentos simultâneos de declínio da fecundidade e de migrações tanto para a Europa como para o litoral ou, ainda, num movimento mais recente, para as cidades de média dimensão mais próximas. Repare-se que são precisamente os concelhos que albergam esses centros urbanos os menos envelhecidos e que cresceram no último decénio, ao beneficiarem de saldos migratórios positivos.

A redução das camadas mais jovens vai, portanto, reflectir-se nos ingressos no sistema escolar que têm vindo a diminuir de forma acentuado, sobretudo nestas regiões que sofrem as consequências do despoamento e do envelhecimento.

Entre 1960 e 2001, o distrito de Castelo Branco perdeu 15100 indivíduos em idade *normal* de frequência do 1º ciclo do ensino básico, antigo ensino primário, ou seja, crianças entre os seis e os nove anos. Os concelhos onde essa variação foi mais negativa foram Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão onde houve uma redução de mais de 80%, logo seguidos de perto por Proença-a-Nova e Sertã, com uma taxa de variação acima dos 70%. Os menos atingidos foram Belmonte e Castelo Branco, respectivamente com uma variação de 56% e 55%. São, pois, como era previsível, os concelhos que anteriormente referenciamos como mais rurais e sujeitos a um forte êxodo,

QUADRO 7
Evolução da população entre os 6 e os 9 anos

	1960	1970	1981	1991	2001
Belmonte	685	481	347	358	301
Castelo Branco	2481	3315	2927	2362	1947
Covilhã	5744	4485	3853	2741	1901
Fundão	3705	2415	1682	1523	1124
Idanha-a-Nova	2071	1080	621	433	260
Oleiros	1285	940	505	316	164
Penamacor	1278	740	453	282	171
Proença-a-Nova	1336	905	608	508	301
Sertã	2339	1620	1255	855	637
Vila de Rei	649	420	187	150	81
Vila Velha de Ródão	490	330	273	147	75
Distrito	22062	16731	12710	9673	6962

FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981, 1991 e 2001, Lisboa, INE

a que se juntou uma contínua diminuição das taxas de crescimento natural, os que sofreram uma redução mais acentuada da população em idade escolar. Esta situação pode ser comprovada pela progressiva diminuição do número de alunos que frequentam o 1º ciclo do ensino básico, tanto o total, como os que se matriculam no primeiro ano⁹. Veja-se que o declínio da população escolar do ensino primário que já é bem visível na década de 70 (Quadro 7) reflectiu-se no número de alunos que estão matriculados em 1976/77 (Anexo 1), número que se mantém relativamente estável até ao princípio dos anos noventa, quando volta a ter uma acentuada quebra. Em 2003/2004 há menos 5522 alunos a frequentar o primeiro ano do que havia em 1968/69 e quase menos 20 mil a frequentar este ciclo de escolaridade.

9 A análise da evolução do número de alunos deste grau de ensino, por concelhos, nem sempre se torna fácil pois as Estatísticas da Educação elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo Ministério da Educação não contemplam esta desagregação territorial para todos os anos. Assim, optámos por utilizar os quantitativos registados nas súmulas anuais enviadas por cada escola dos respectivos concelhos para a Direcção Escolar e depois para o organismo que o substituiu no princípio dos anos noventa, a Coordenação da Área Educativa. No entanto deparámo-nos com três problemas de difícil resolução: a não existência de livros anteriores ao ano lectivo de 1968/69, a falta de alguns para a década de 70 e a não coincidência entre os totais aqui obtidos e os que estão registados nas Estatísticas da Educação.

Esta evolução da população escolar faz aumentar um pouco por todo o distrito o número de escolas que têm um reduzido número de alunos, situação que, no entanto, não é exclusiva de Castelo Branco¹⁰. Em todo o país é possível encontrar situações semelhantes, embora mais acentuadamente nas regiões mais envelhecidas do interior¹¹.

Este panorama trouxe a necessidade de tomar medidas de reorganização da rede escolar de modo a adequá-la à nova e desequilibrada realidade populacional do país: zonas onde existem edifícios escolares razoáveis mas poucos alunos para as frequentarem e dificuldade em fixar professores; zonas urbanas com escolas superlotadas. Até porque a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) estabelece que o planeamento da rede de estabelecimentos escolares deve contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais, de forma a assegurar a igualdade de oportunidade de educação (Art. 37º, nº 2), acrescentando que a densidade da rede se deve ajustar às necessidades regionais e à capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos de modo a garantir as condições de uma «boa prática pedagógica e a realização de uma verdadeira comunidade escolar» (Art. 39º, nº 3). Ora, escolas onde apenas existiam um, dois ou cinco alunos não se enquadram seguramente nestas condições sendo contestada a sua existência pelo Ministério da Educação, não só devido aos elevados custos que tal implica, como ainda por se considerar que não garantem uma adequada socialização da criança e um elevado nível de condições de ordem pedagógico. Em 1988 é publicado o Decreto-Lei nº 35/88, de 4 de Fevereiro, que estabelece o encerramento das escolas cuja frequência seja inferior a dez alunos, salvo casos excepcionais. Embora este decreto não tenha vindo a ser cumprido de forma linear, as excepções têm sido em grande número, levanta-se sempre a questão do significado social de encerrar uma escola. Mesmo que a frequência seja diminuta, quase nunca as populações aceitam de bom grado a decisão, uma vez que para as comunidades rurais ter a escola a funcionar é sinónimo de prestígio. Generaliza-se, assim, o sentimento de que «encerrar uma escola é fechar uma aldeia». A escola é vista como um dos travões à desertificação, embora reconhecendo-se a inviabilidade de funcionarem com um reduzido número de alunos.

10 Esta análise que aqui fazemos é uma primeira abordagem de um projecto que pretende avaliar o impacto do encerramento das escolas do 1º ciclo do ensino básico no distrito de Castelo Branco e que irá ser levado a cabo por alguns professores da Escola Superior de Educação.

11 Veja o caso da Guarda relatado por Fernandes, Brigas (2003).

QUADRO 8
Evolução do número de estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo

	1968/69	1976/77	1980/81	1983/84	1986/87	1993/94	2003/04
Belmonte	20	11	11	13	13	13	11
Castelo Branco	99	71	79	64	69	50	34
Covilhã	117	58	57	58	56	49	44
Fundão	108	60	58	64	62	55	43
Idanha-a-Nova	51	27	26	24	24	18	14
Oleiros	47	41	43	42	42	30	11
Penamacor	34	16	15	16	15	12	10
Proença-a-Nova	41	38	33	27	29	23	12
Sertã	82	70	62	58	54	47	33
Vila de Rei	21	22	19	18	14	10	1
Vila Velha de Ródão	18	16	16	14	13	11	6
Distrito	638	430	419	398	391	318	219

FONTE: *Estatísticas da Educação*, 1969, Lisboa, INE.
Direcção Escolar de Castelo Branco.
Coordenação da Área Educativa de Castelo Branco

Em Castelo Branco, a diminuição dos estabelecimentos de ensino começa logo em meados da década de 70 que, como vimos, é marcada pelo acentuar da redução da população em idade escolar, estabilizando até meados de 80 quando volta novamente a subir o número de escolas encerradas.

Refira-se que em 2002/2003 havia 70 escolas com menos de dez alunos, ou seja, em risco de fechar, localizadas em freguesias rurais profundamente envelhecidas. Se é certo que têm encerrado escolas por todo o distrito, também devemos notar que é nos concelhos menos envelhecidos, cuja população cresce ligeiramente no último período inter-censitário, Belmonte, Castelo Branco, Covilhã e Fundão, que o número de alunos, apesar de acompanhar a tendência do distrito, teve uma variação menos negativa. Aliás nas escolas das cidades, sobretudo de Castelo Branco, o número tem-se mantido relativamente estável ao longo da década de noventa, o que reflecte o crescimento que esta cidade tem sentido nas últimas duas décadas¹². Esta circunstância acom-

12 A população da cidade de Castelo Branco passou de 21256 habitantes, em 1981, para 26146, em 1991 e 30537 habitantes em 2001. Já na Covilhã há uma diminuição da população entre 1991 (21531 habitantes) e 2001 (18774 habitantes) que pode ser expli-

panha o movimento, comum a outras zonas do interior, de abandono dos núcleos rurais, onde reside uma população envelhecida, e a transferência de população para centros de maior dimensão (Moreira, 2001:198-203).

A evolução da população tornou, pois, a problemática do ordenamento da rede escolar, especialmente nos meios rurais, um dos principais assuntos discutidos pelos políticos, professores, sindicalistas, autarcas e população em geral quando se aproxima o período de planificação de abertura de um novo ano escolar, com grande eco na imprensa regional e nacional. Não deixa de ser sintomático que o Conselho Nacional de Educação tenha organizado dois colóquios, em 1994 e em 1995, subordinados aos temas «Educação, Comunidade e Poder Local» e «Educação e Meios Rurais. Problemas e Caminhos de Desenvolvimento» que juntou responsáveis do Ministério da Educação e das autarquias, técnicos de planeamento regional e professores, e onde todas estas questões foram acaloradamente debatidas.

Neste debate apresentaram-se aqueles que consideram a escola nas pequenas povoações rurais como um sinal de existência e de sobrevivência, em que fechar a escola significa agir negativamente sobre a forma como a comunidade encara o seu futuro, sente a sua história, perspectiva em que fechar a escola arrasta consigo o fechar da aldeia, já que a educação é encarada como um motor de desenvolvimento. Do outro lado, situa-se uma análise que salienta a dificuldade em deixar em funcionamento escolas com um número muito reduzido de alunos, com recursos escassos e pouco motivadoras tanto para professores como para alunos, dificultando o estabelecimento de relações de sociabilidade, além de se considerar redutora uma análise que tenha por base os pressupostos da equação educação/desenvolvimento local.

A verdade é que a escola e o professor do ensino primário tinham uma importância fundamental nas comunidades locais, fruto da disseminação de escolas por todas as localidades, mesmo que pequenas, e o seu encerramento não só corta laços que se foram estabelecendo, como reflecte de forma clara uma realidade marcada pelo envelhecimento e despovoamento de vastas áreas do país.

cada pelo deslocamento da população para freguesias limítrofes da cidade, visto que as suas características de relevo acidentado obrigam à procura de habitações para além do perímetro das freguesias da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Isabel, ROLDÃO, Maria do Céu (1989): «A evolução da escolaridade obrigatória em Portugal nos últimos vinte anos» in *O ensino básico em Portugal*, Lisboa.
- BAGANHA, Maria Ioanis (1996): «Emigração», *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Vol.I, pp.294-295.
- BANDEIRA, Mário Leston (1996): *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José, (2002): «Evolução Demográfica no período intercensitário 1991-2001», *Seminário Censos 2001. Resultados Definitivos*, Lisboa.
- CARVALHO, Rómulo (1996): *História do Ensino em Portugal*, Lisboa.
- Conselho Nacional de Educação (1996): *Educação, comunidade e poder local (1995), Actas do Seminário (6 e 7 de Dezembro, 1994, Viana do Castelo)*, Lisboa.
- Conselho Nacional de Educação (1996): *Educação e Meios Rurais. Problemas e caminhos do desenvolvimento, Actas do Seminário (19 de Junho, 1995, Évora)*, Lisboa.
- FERNANDES Gonçalo José P., BRIGAS, Joaquim Manuel F. (2003): «A evolução demográfica em meio rural depressivo e as suas repercussões na rede escolar. A situação do 1º Ciclo do ensino Básico no distrito da Guarda», Comunicação apresentada X Encontro Nacional da APDR, Évora, 26 e 27 de Junho.
- FREITAS, Cândido Varela de (1998): «Democratização in J.M. P. Fonseca, Cândido Varela de Freitas, João Barroso, Maria de Fátima Sequeira, *Reflexões sobre Democratização, Qualidade e Modernização*, Lisboa.
- MOREIRA, Maria João Guardado (1998): «A Beira Interior no contexto da fronteira luso-espanhola», *População e Sociedade*, nº4, pp.107-122.
- MOREIRA, Maria João Guardado (1999) «Um deserto de idosos... O caso de uma região periférica de Portugal: a Beira Interior», in Manuel G. Partilla, Kar-mele Z. Sangroniz (eds), *IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*, Bilbao, Univ. del País Basco, I vol. pp. 519-539.
- MOREIRA, Maria João Guardado (2001): *A Dinâmica demográfica na região do INTERREG Ibérico no Final do Século XX*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, FCSH-UNL, Lisboa.
- NAZARETH, J. Manuel (1979) *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa.
- NAZARETH, J.Manuel (1985): «A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação», *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), 3º,4º,5º, pp.963-980.
- NAZARETH, J.Manuel (1988): *Portugal. Os próximos 20 anos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. III.

- NÓVOA, António (1996): «Ensino Primário», *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Vol.I, pp.303-305.
- PINTO, Maria Luís Rocha (1994): «As tendências demográficas» in *Portugal 20 anos de democracia*, Lisboa, pp. 298-306.
- PINTO, Maria Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa (2002): «Migrações no Portugal do século xx», *Ler História*, n°43, pp.179-202.
- RODRIGUES, Teresa (2001): «As grandes linhas de evolução da população portuguesa no último século», *Seminário Censos 2001*, Lisboa, pp.26-35.

ANEXO 1

Evolução do número de alunos nos concelhos do distrito de Castelo Branco: matriculados no 1º ano e total dos quatro anos de escolaridade

	1968/69		1976/77		1977/78		1978/79		1980/81		1981/82	
	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total
Belmonte	225	739	86	532	273	529	94	510	94	507	88	498
Castelo Branco	1306	4904	770	3121	887	3789	719	3831	940	4086	756	3731
Covilhã	1788	7447	955	5040	1160	5076	944	5025	883	4914	931	4843
Fundão	1110	3967	523	2630	669	2642	497	2582	471	2446	470	2358
Idanha-a-Nova	550	2030	220	1136	254	1120	201	1097	188	962	176	912
Oleiros	418	1433	170	912	449	866	141	829	117	748	128	687
Penamacor	372	1383	121	762	167	783	137	730	115	683	121	637
Proença-a-Nova	345	1391	182	1050	201	980	180	912	147	853	156	843
Sertã	791	2832	370	2335	395	2134	398	2130	389	1924	295	1705
Vila de Rei	225	680	75	435	62	366	53	322	51	325	40	247
Vila Velha de Ródão	124	453	73	317	97	337	78	347	81	349	59	322
Total	7254	27259	3545	18270	4614	18622	3442	18315	3476	17797	3220	16783

	1982/83		1983/84		1984/85		1985/86		1986/87		1989/90	
	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total
Belmonte	81	497	91	487	67	464	98	455	109	462	83	447
Castelo Branco	773	3833	776	3875	776	3751	723	2872	780	3481	655	3267
Covilhã	980	4944	972	4783	915	4743	890	4686	945	4206	773	3784
Fundão	499	2377	480	2395	357	1793	470	2436	468	2410	440	2774
Idanha-a-Nova	201	918	186	896	184	912	218	897	178	853	107	370
Oleiros	126	664	132	656	140	667	119	670	125	621	79	505
Penamacor	123	613	120	605	105	579	89	553	101	506	70	430
Proença-a-Nova	143	778	137	808	187	810	133	765	173	773	133	652
Sertã	301	1628	272	1577	270	1555	291	1501	261	1428	233	1190
Vila de Rei	54	246	40	230	43	226	36	220	36	208	42	176
Vila Velha de Ródão	62	360	32	308	52	255	44	237	48	225	36	167
Total	3343	16858	3238	16620	3096	15755	3111	15292	3224	15173	2651	13762

	1993-94		1994-95		1995-96		1996-97		1997-98		1998-99	
	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total
Belmonte	88	410	61	380	85	358	77	327	91	324	84	326
Castelo Branco	498	2441	526	2297	544	2273	481	2205	471	2179	475	2108
Covilhã	554	2784	619	2691	560	2567	562	2515	560	2506	497	2396
Fundão	371	1852	305	1670	339	1587	323	1548	277	1455	323	1429
Idanha-a-Nova	103	461	80	460	83	440	91	430	77	403	85	395
Oleiros	73	322	77	320	44	275	40	254	52	250	48	204
Penamacor	63	295	58	268	51	263	45	251	45	235	51	230
Proença-a-Nova	85	474	115	470	93	419	93	412	71	404	79	369
Sertã	202	996	193	938	181	891	186	832	164	793	162	770
Vila de Rei	(1)	(1)	26	141	23	126	35	132	21	109	18	108
Vila Velha de Ródão	28	125	21	122	22	115	27	102	25	95	19	99
Total	2065	10160	2081	9757	2025	9314	1960	9008	1854	8753	1841	8434

(1) Sem informação

	1999-2000		2000-2001		2001-2002		2002-2003		2003-2004	
	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total	1º Ano	Total
Belmonte	76	330	77	339	71	346	69	311	82	322
Castelo Branco	525	2096	438	2047	476	2050	383	2001	470	1904
Covilhã	489	2311	476	2228	470	2105	489	2035	490	2030
Fundão	293	1363	282	1292	285	1240	290	1214	266	1185
Idanha-a-Nova	66	380	65	345	62	342	75	319	78	331
Oleiros	35	192	31	175	41	177	27	158	28	149
Penamacor	45	213	40	201	30	183	36	168	32	158
Proença-a-Nova	77	342	87	338	76	346	83	344	67	327
Sertã	169	733	176	731	147	702	157	709	161	705
Vila de Rei	23	110	22	100	22	94	35	112	30	115
Vila Velha de Ródão	17	101	17	91	17	83	52	184	28	82
Total	1815	8171	1711	7887	1697	7668	1696	7555	1732	7308

FONTE: Os dados até 1993 foram obtidos através dos livros de súmulas anuais enviados por cada escola à Direcção Escolar de Castelo Branco; a partir de 1993/94 foram cedidos pela Coordenação da Área Educativa de Castelo Branco